



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 049

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE MAIO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Luiz Nishimori
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 049

44ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Telegramas 04

Indicações 04

Memorando 04

Designações 04

Requerimentos 05

Projetos de Lei 07

Grande Expediente:

Dep. Rosane Ferreira 08

Sra. Simone Peruzo 09

Pequeno Expediente:

Dep. Luiz Accorsi 11

Dep. Tadeu Veneri 12

Horário das Lideranças:

Liderança dos Democratas

Dep. Elio Rusch 13

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 14

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Reni Pereira 16

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 16

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 17

Discussão/Votação

Redação Final 18

2ª Discussão 22

Requerimentos 23

Encerramento da Sessão 23

Publicações:

Ata de Comissão

Ecologia e Meio Ambiente 23

DIÁRIO Nº 049

44ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

16 DE MAIO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Carlos Simões e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Caíto Quintana, Durval Amaral, Fábio Camargo, Mauro Moraes, Rui Hara e Valdir Rossoni (07).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Geraldo Cartário e Ney Leprevost (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 073 - DEAP da Sra. Daysi Lúcia Ramos de Andrade, Diretora do Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná/DEAP, encaminhando a prestação de contas do referido Departamento, referente ao exercício orçamentário de 2006. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº DP 405/07 do Sr. Stênio Sales Jacob - Diretor Presidente da SANEPAR, encaminhando a prestação de contas da referida Companhia, referente ao período de 01/01/06 a 31/12/06. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 993/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias das peças do Processo nº 38005/03-TC, referente à impugnação de despesas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 995/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias das peças do Processo nº 168092/01-TC, referente à impugnação de despesas do BANESTADO S.A - Reflorestadora. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 997/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias das peças do Processo nº 67065/01-TC, referente à impugnação de despesas da Universidade Estadual de Maringá - UEM, no exercício de 2002. **Ao conhecimento da Casa**

Sob o nº 998/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias das peças do Processo nº 91598/04-TC,

referente à impugnação de despesas da Universidade Estadual de Londrina - UEL, no exercício de 2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 999/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias das peças do Processo nº 563780/06-TC, referente ao recurso de revista de impugnação de despesas da UNESPAR - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 345/07 do Sr. Professor Dr. Wilmar Sachetin Marçal - Reitor da Universidade Estadual de Londrina, encaminhando cópia do relatório anual, balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis da citada universidade, referente ao exercício de 2006. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Protocolo nº 3869 da Sra. Lygia Lumina Pupatto - Presidenta do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, encaminhando cópia da prestação de contas do citado Serviço referente ao exercício de 2006. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 213/07-DP da Sra. Maria Letizia J. Abbate Fiala - Diretora-Presidente da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, encaminhando cópia da prestação de contas da citada Coordenação, referente ao exercício financeiro de 2006. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 091/07-DIPRE do Sr. Ney Amilton Caldas Ferreira - Diretor-Presidente da CODAPAR, encaminhando cópias da prestação de contas geral da citada Companhia, referente ao exercício de 2006. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº DP/099/07 do Sr. Samuel Gomes dos Santos - Diretor-Presidente da FERROESTE, encaminhando cópias do relatório de atividades desenvolvidas no exercício de 2006 acompanhado das demonstrações contábeis. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 112/07 do Sr. Valdir Izidoro Silveira - Presidente da Empresa Paranaense da Classificação de Produtos - CLASPAR, encaminhando cópias da prestação de contas da citada empresa, referente ao exercício de 2006. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Protocolo nº 3870 da Sra. Lygia Lumina Pupatto - Presidenta do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, encaminhando cópia da prestação de contas do Fundo Paraná, referente ao exercício de 2006. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 661/07-GS do Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública,

encaminhando cópias da prestação de contas do Departamento de Trânsito - DETRAN, referente ao exercício de 2006. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 278/07-GRE do Sr. Professor Dr. Décio Sperandio - Reitor da Universidade Estadual de Maringá, encaminhando cópia do processo de prestação de contas da citada universidade, referente ao exercício de 2006. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº PRESI-0786/07 do Sr. Antonio Rycheta Arten - Diretor-Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, encaminhando cópia dos documentos referentes ao exercício de 2006 do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº PRESI-0784/07 do Sr. Antonio Rycheta Arten - Diretor-Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, encaminhando cópia dos documentos referentes ao exercício de 2006 da citada agência. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1130/07-GS/SEED do Sr. Maurício Requião de Mello e Silva - Secretário de Estado da Educação, encaminhando cópia do relatório da prestação de contas do Serviço Social Autônomo Paranaeducação, referente ao exercício de 2006. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 245 do Sr. Carlos Luciano Sant'Ana Vargas - Vice-Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, encaminhando cópia de prestação de contas da citada universidade, referente ao exercício de 2006. **Ao conhecimento da Casa.**

Telegramas

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

- Nº 000027/MS/SE/FNS - valor de R\$ 624.405,25 - pagamento de detecção deficiência auditiva.

- Nº 000028/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.663.006,53 - pagamento de terapia renal substitutiva.

- Nº 000029/MS/SE/FNS - valor de R\$ 166.432,56 - pagamento de incentivo no âmbito do programa nacional de HIV e AIDS e outras DST. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 123/07

SÚMULA:

Sugere a construção de uma quadra coberta poliesportiva, na Universidade Estadual de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere a construção de uma quadra coberta poliesportiva, na Universidade Estadual de Maringá.

II - estamos apresentando a presente indicação, atendendo a solicitação da Universidade Estadual de Maringá que há muito reivindica a construção da quadra coberta poliesportiva (Quadra da Escola - Padrão Fundepar 2) para o desenvolvimento das atividades da ANPACIN.

Sala das Sessões, em 16.05.07.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 124/07

SÚMULA:

Propõe viabilizar junto a Secretaria da Saúde do Estado do Paraná e/ou Ministério da Saúde, recurso para construção de uma Unidade de Atenção Integral à Saúde da Criança e da Mulher no município de Guaraqueçaba.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A construção de uma Unidade de Atenção Integral à Saúde da Criança e da Mulher.

2 - A solicitação justifica-se pelo fortalecimento da saúde pública no município de Guaraqueçaba, que epidemiologicamente e demograficamente a localidade escolhida para a construção é a região de Tagaçaba, onde concentra-se o maior número de crianças e sérias dificuldades para cobertura vacinal, coleta de preventivos, exame de mama, frequência ao pré-natal, etc.

Sala das Sessões, em 16.05.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

Memorando

MEMORANDO Nº 1327-A

Solicito aos Srs. Líderes do PMDB, PSDB, PT, Democratas, PP e Bloco PSB/PRB/PR indicarem membro partidário, para a constituição da Comissão Especial de Investigação, que irá investigar possíveis abusos nos preços dos insumos e fertilizantes.

Sala das Sessões, em 16.05.07.

(a) MESA EXECUTIVA

Designações

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Osmar Bertoldi para representar esta Casa de Leis na inauguração das Unidades Geradoras 9ª a 18 A, na Usina

Hidrelétrica do Paraná, ITAIPU Binacional, nos dias 19, 20 e 21 de maio, na cidade de Foz do Iguaçu/PR.

Sala das Sessões, em 16.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS
ALEXANDRE CURI
LUCIANA RAFAGNIN

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa os Srs. Deputados Artagão Júnior, Francisco Bühner, Reni Pereira, Edson Strapasson e Cida Borghetti, para representarem esta Casa de Leis na XI Conferência da UNALE, nos dias 23 à 26 de maio de 2007, na cidade de Porto Alegre/RS.

Sala das Sessões, em 16.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS
ALEXANDRE CURI
LUCIANA RAFAGNIN

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1310

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja realizada uma Audiência Pública no dia 12 de junho no plenarinho desta Casa de Leis, no horário das 9h00 às 12h00, para debate com representantes do setor de publicidade e propaganda do estado do Paraná, sobre os critérios técnicos utilizados na destinação de verbas públicas de publicidade pelo Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 16.05.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1311

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Alice Meira Martins.

Sala das Sessões, em 16.05.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1318

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja registrado nos Anais desta Casa de Leis voto de pesar em razão do falecimento, nesta data, do Assessor Especial do Governador, Mário Marcondes Lobo.

Rogamos a Deus para que conforte a família enlutada neste momento de dor.

Sala das Sessões, em 16.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1322

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUEREM o envio de votos de pesar à família Lobo, pelo falecimento do Sr. Mário Marcondes Lobo, ocorrido ontem, em Curitiba.

Nestes termos pedem deferimento, solicitando o envio de cópia aos familiares, no endereço: R. Antônio Pereira, 161, ap. 106 - Bairro Porto - Paranaguá/PR - CEP 83203-800.

Sala das Sessões, em 16.05.07.

(aa) DUÍLIO GENARI, DOBRANDINO DA SILVA, ELTON WELTER, TERUO KATO, JOCELITO CANTO, WALDYR PUGLIESI, NELSON JUSTUS, ALEXANDRE CURI, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, TADEU VENERI, DOUGLAS FABRÍCIO, PASTOR EDSON PRACZYK, LUIZ ACCORSI, OSMAR BERTOLDI e DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

O advogado Mário Lobo, Assessor Especial do Governador e advogado pessoal de Requião, era casado com Sonia Lobo e pai de Mário Lobo Filho, atual Diretor-Financeiro do Porto de Paranaguá, e da advogada Tatiana Lobo. Ele participou da primeira gestão de Requião, no período de 1991 a 1994, como Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. Na segunda administração, entre 2003 a 2006, foi Presidente do Serviço de Loterias do Paraná - SERLOPAR e também do Conselho de Política Automotiva do Paraná.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio destes Parlamentares, cumpre o dever de associarem-se a dor que abalou a família Lobo, endereçando a eles, votos de profundo pesar.

REQUERIMENTO Nº 1316

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Sr. Durval Francisco dos Santos Filho, eleito o empresário do ano no município de Maringá.

O empresário é Presidente da UNIMED- Maringá e, através dessa gestão, imprimiu crescimento de 117% à cooperativa, nos últimos 4 anos. Referida cooperativa registrou aumento de 50% de usuários e tem 115 mil cooperados.

Votaram na eleição do Empresário do Ano 2007 de Maringá o SIVAMAR, a Associação Comercial e Empresarial de Maringá - ACIM, a Associação Paranaense dos Supermercados - APRAS, e a Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, que são os organizadores do evento. Tiveram também direito a voto o Sindicato dos Jornalistas, a Prefeitura de Maringá, a Câmara de Vereadores.

dores, o Convention & Visitors Bureau e o Conselho de Desenvolvimento Econômico - CODEM.

A escolha foi feita em duas etapas: 25 entidades indicaram nomes para concorrer à premiação. Oito empresários da cidade receberam indicação. Na segunda fase, realizada em 15 de maio de 2007, o nome do vencedor foi escolhido entre 3 nomes mais votados.

A premiação existe desde 1999 e já receberam o prêmio os seguintes empresários: Wilson de Matos Silva - CESUMAR (1999); Benito Finco - Color Finco (2000); Luiz Lourenço - COCAMAR (2001); Franklin Vieira da Silva - jornal O Diário (2002); Ágide Meneguette - Usina Santa Terezinha (2003); Edson Recco - Recco e Recco (2004); Massayoshi Siraichi - ATDL (2005); Marco Aurélio Falleiro - Grupo M. A. Falleiro (2006); e finalmente em 2007 o empresário que recebe esta homenagem da Assembléia Legislativa do Paraná, Durval Francisco dos Santos Filho - UNIMED.

Sala das Sessões, em 16.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1317

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Sr. André Heitor Costi, Diretor-Presidente do jornal O Paraná Jornal de Fato, com votos extensivos a toda equipe daquela importante empresa, em razão da comemoração do 31º aniversário desse jornal.

O trabalho sério realizado pelo jornal O Paraná Jornal de Fato e a confiança da população cascavelense, conquistada ao longo dos anos, merece o reconhecimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1326

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao corpo de funcionários e Diretores da Companhia de Habitação do Estado do Paraná - COHAPAR, pela comemoração do seu 42º aniversário.

Sala das Sessões, em 16.05.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1327

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que assina o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER a esta Casa, após decisão do Plenário, que sejam consignadas nos Anais da Sessão de hoje, as efusivas congratulações deste Parlamento, a direção e

funcionários do jornal O Paraná, de Cascavel, pelo transcurso do 31º aniversário de sua existência.

Com a presente proposição, somamo-nos às homenagens que são formuladas ao notável veículo de comunicação escrita do oeste do Paraná, e, não menos, de todo o estado, felicitando a sua direção e o seu quadro funcional pela significativa data em comemoração.

O jornal O Paraná chega aos 31 anos como um dos órgãos de imprensa mais representativos do oeste do Paraná. Como pioneiro de um estilo novo de jornalismo, transformou-se, ao longo do tempo, numa referência, quer seja pela sua presença em todos os municípios, seja pela cobertura dos principais fenômenos ocorridos ao longo de mais de 3 décadas.

Do jornal simples, local, se fez, ao longo dos anos uma grande publicação. Do início, em preto e branco, à revolução da cor, das notícias por telegrama à notícia em tempo real na internet. O Paraná formou, valorizou e destacou grandes profissionais.

Hoje, aos 31 anos, inova uma vez mais, fazendo mudanças no projeto gráfico e se destacando entre os jornais paranaenses como o mais presente nas regiões do oeste e sudoeste.

Do aprovado, também requer o Parlamentar requerente, que seja dado ciência, com a expressão dos votos de larga prosperidade e contínuo sucesso, ao jornal homenageado, na pessoa do seu ilustre Diretor-Presidente, Sr. André Heitor Costi, a R. Pernambuco, 1600 - CEP 85810-021 - Cascavel/PR.

Sala das Sessões, em 16.05.07.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1309

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná para que determine que seja retirado do ar o site oficial do Governo do Estado, que disponibiliza na internet os valores e gastos dos recursos públicos do estado, por estarem prestando informações incorretas e por este motivo estar induzindo a erro os paranaenses e aos internautas.

Sala das Sessões, em 16.05.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1325

Senhor Presidente:

Osmar Bertoldi, Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja solicitada à Secretaria de Obras do Estado do Paraná e à Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná, a remessa para esta Casa dos documentos/informações que seguem:

1) Quantas obras encontram-se em andamento no litoral paranaense?

2) Como está o andamento do plano de recuperação da orla marítima de Matinhos?

Sala das Sessões, em 16.05.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO Nº 1320

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Cláudio Murilo Xavier - Secretário de Estado da Saúde, para informar as questões abaixo:

1) Em relação ao caso ocorrido no Hospital Vita, no município de Curitiba, em que foi exigido cheque caução para internamento de uma pessoa no valor de R\$ 10 mil, conforme relato do Deputado Jocelito Canto na Sessão Plenária do dia 14 de maio, questiona-se: quais são as medidas administrativas que esta Secretaria de Estado irá tomar em face a referida instituição de saúde? Pois para conhecimento, a Lei Estadual nº 12970 de 25 de outubro de 2000, proíbe tal exigência.

2) Em relação a Lei Estadual nº 13674 de 09 de julho de 2002, em que a Secretaria de Estado da Saúde ficou responsável de confeccionar e distribuir cartazes alertando sobre a proibição da exigência do cheque caução em hospitais públicos e particulares, questiono: já foi confeccionado e distribuído o referido cartaz informativo? Enviar relação de hospitais que receberam os cartazes.

Sala das Sessões, em 16.05.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 358/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo proceder a reversão ao patrimônio do município de Diamante do Sul, dos lotes urbanos 10 e 11 da quadra B do loteamento Diamante, matriculados sob nº 3906 e 3907 junto ao escritório do registro de imóveis de Guaraniaçu, doados ao estado do Paraná pela Lei Municipal nº 219/01 de 06 de julho de 2001.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.05.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Apresentamos o presente projeto de lei com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a proceder a reversão dos imóveis especificados ao patrimônio do município de Diamante do Sul.

Referidos imóveis foram doados para que o estado do Paraná construísse um destacamento da Polícia Militar.

Na Lei Municipal nº 219/01, que doou os imóveis, em seu artigo 1º, parágrafo único, há disposição que o estado do Paraná teria o prazo de 2 anos para efetuar a construção do destacamento da Polícia Militar, caso contrário os imóveis retornariam ao patrimônio do município de Diamante do Sul.

Até a presente data o estado do Paraná não realizou nenhuma obra no local, o que justifica a apresentação do presente projeto de lei.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 359/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O *caput* do inciso II e o inciso III do artigo 1º da Lei nº 9491, de 21 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se-lhe o inciso VII:

II - seis por cento (6%), considerada a produção agropecuária no território do município em relação à produção do estado, segundo dados fornecidos à Secretaria de Estado da Fazenda pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, observado o seguinte:

...

III - cinco por cento (5%), considerando o número de habitantes da zona rural do município em relação à população rural do estado, segundo dados fornecidos pelo último censo oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

...

VII - três por cento (3%), considerada a produção agrícola de cana-de-açúcar e/ou produção de álcool hidratado ou anidro, assim como a produção agrícola das oleaginosas soja, pinhão manso, amendoim, milho, girassol e canola, destinadas exclusivamente à produção do biodiesel e/ou o processamento industrial deste combustível, no território do município em relação à produção do estado, segundo dados fornecidos à Secretaria de Estado da Fazenda pelas Secretarias de Estado da Agricultura e Abastecimento e de Indústria e Comércio.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.05.07.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS

RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com o presente projeto de lei, contemplar aqueles municípios que tenham em seus perímetros a

exploração agrícola da cana-de-açúcar e/ou plantas industriais voltadas à produção do etanol - considerado o combustível não poluente adequado à substituição do petróleo, bem como a produção de oleaginosas destinadas ao desenvolvimento do biodiesel - com amplas possibilidades no mercado interno e, mais ainda, no mercado internacional.

A exploração da cana-de-açúcar, por ainda depender, fundamentalmente da mão-de-obra de centenas de milhares de trabalhadores, merece um olhar mais atento das autoridades locais, desenvolvendo assistência no campo da saúde e educação de forma mais intensiva e, para tanto, necessitando de maiores recursos para atender demandas cada vez mais numerosas.

Também em relação ao biodiesel - com os planos federais de investimentos em desenvolvimento e tecnologia - haverá uma intensificação da produção agrícola e da criação de plantas industriais para o seu processamento, gerando empregos e demandas sociais nos locais determinados, requerendo a intervenção das municipalidades na atenção à saúde, educação e outras necessidades.

Com o critério proposto teríamos um fator de incentivo à produção de um combustível limpo e renovável, gerador de milhares de empregos e de impostos, com respeito a natureza.

PROJETO DE LEI Nº 360/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a cessão de uso à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu, até o dia 31 de dezembro de 2010, do imóvel situado na Av. Paraná, 1536, constituído do lote nº 0179, do Quadrante 10, Quadricula 01, Setor 06, da Quadra 38, localizado no município de Foz do Iguaçu, com área de 3.584,41 m², e edificações que totalizam aproximadamente 1.115,10m², registrado sob matrícula nº 18.391, do cartório de Registro de Imóveis daquele município.

Parágrafo Único. Expirado o prazo referido neste artigo, a cessão de uso poderá ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.05.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu, declarada de utilidade pública estadual através da Lei nº 11156, de 25 de julho de 1995, vem utilizando como sede o imóvel acima descrito, pertencente ao patrimônio do estado, e cedido à entidade a título de cessão de uso desde 1991, cujo comodato venceu, necessitando portanto da efetivação de nova cessão de uso,

através de lei, conforme requisito no artigo 10 da Constituição Estadual.

Atualmente a instituição atende a cerca de 500 alunos excepcionais, com programas de educação infantil, ensino fundamental e educação profissional, promovendo assistência a partir do nascimento até pessoas de 3ª idade, prestando relevantes serviços sociais.

A permanência da APAE no referido imóvel, continuará proporcionando condições de a entidade atender a sua clientela formada por alunos de famílias carentes daquela comunidade, merecendo portanto o presente projeto o apoio dos nobres Pares desta Casa.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência, atendendo requerimento da Deputada Rosane Ferreira, fará, hoje, uma pequena inversão na pauta, passando o Grande Expediente para o início desta Sessão, uma vez que ela solicita o Grande Expediente para a abertura da 68ª Semana de Enfermagem. Esta Assembléia, associando-se a tão importante evento, concede a palavra à Deputada Rosane Ferreira e, posteriormente, a Sra. Simone Peruzo, Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem.

Com a palavra durante o Grande Expediente, hoje, a Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Boa-tarde Sr. Presidente, Deputados, Deputadas e a grande família da enfermagem! Quero saudar também neste momento a nossa querida colega enfermeira Simone Peruzo, a nossa professora Carmen Kalinoski, a Sra. Izabel Cristina Gonçalves e Maria de Fátima Mantovani, todas enfermeiras e com um papel importante na dignificação de nosso trabalho!

Quem somos? O que somos e o que representamos aqui, hoje?

No Paraná, atualmente, somos 9 mil, 513 enfermeiros na ativa, 11 mil, 288 técnicos em enfermagem e 31 mil, 868 auxiliares de enfermagem, e neste momento tenho, Srs. Deputados, a enorme responsabilidade de representá-los nesta Casa. Dizer aqui o que significa o trabalho de enfermagem para os senhores, sei que seria redundância, porque muitos conhecem e no dia-a-dia do enfrentamento dos trabalhos conosco, nos relatam da importância. Deixarei para que a professora Simone Peruzo fale da nossa categoria, fale dos desafios que temos pela frente. Hoje teremos uma Audiência Pública na sequência dos nossos trabalhos, onde estaremos debatendo o exercício profissional, os limites de atuação e as organizações da categoria e deixarei para ela, com muita propriedade, decorrer sobre o assunto.

Mas, o que quero falar para os senhores rapidamente é que há 24 anos, na hora de preencher uma inscri-

ção de vestibular, optei pelo curso de enfermagem obstetrícia na Universidade Católica do Paraná. Ao mesmo tempo em que iniciei meus estudos, iniciei minhas atividades como estagiária de enfermagem em uma prefeitura da região metropolitana de Curitiba, no município de Araucária. Comecei como estagiária, logo na seqüência tive que interromper e trancar minha faculdade, porque muitas das colegas lembram quanto a Pontifícia Universidade Católica do Paraná cobrava semestralmente para que pudéssemos fazer a faculdade e tínhamos que optar em trabalhar um ano para pagar o próximo. Graças a Deus, na seqüência, a universidade passou a cobrar mensalmente e pudemos aí dar continuidade. Pois bem, tranquei a faculdade durante 1 ano e no ano seguinte iniciei meus trabalhos como atendente de enfermagem na prefeitura do município de Araucária - durante todo o período de faculdade atuava como atendente. Na seqüência prestei concurso público, aí já formada como enfermeira, e há 23 anos exerço essa profissão. E perdoem-me a falta de modéstia, perdoem-me trazer para nós, Srs. Deputados, esta questão, mas acho que não tem uma profissão dentro da área de saúde que conheça tanto as mazelas dos usuários do Sistema Único de Saúde do que o profissional enfermeiro. Eu falo dos usuários do Sistema Único de Saúde, porque é o meu campo de atuação, mas também sei do papel importantíssimo desses profissionais frente às escolas onde se ensina saúde, como um todo, e o papel desses profissionais frente às clínicas e hospitais do setor privado.

Mas, a minha fala puxa para o Sistema Único de Saúde, porque como eu disse é a “minha praia”. É lá que nós, os enfermeiros, estamos na frente na hora de abrir o centro de saúde, na hora de priorizar os atendimentos, na hora de organizar administrativamente o andar do trabalho dos centros de saúde, na hora de coordenar equipes multidisciplinares na direção dos diversos departamentos, e muitas vezes cabendo a nós aparar as arestas políticas trazidas para o Sistema Único de Saúde. E vocês também sabem, muitos, do que eu estou falando: muitas vezes ficamos naquele jogo entre o técnico, que é a nossa prioridade, e o político, que é a prioridade de muitos outros.

Então, é com muita satisfação que chamo agora, para dar continuidade à nossa fala, a enfermeira Simone Peruzo. Enfermeira graduada pela PUC, Mestre em Enfermagem, lotada no Departamento de Enfermagem na Universidade Federal do Paraná, professora da UNIBRASIL, Presidente da ABEn Paraná, Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba.

Simone, por favor, venha, faça uso da palavra e mostre o quão digna é a nossa profissão.

Muito obrigada.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra a Sra. Simone Peruzo.

Sra. Simone Peruzo - Presidente da ABEn

A SRA. SIMONE PERUZO

Exmo. Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Exma. Deputada e enfermeira Rosane Ferreira - e ao lhe cumprimentar, aproveito para lhe agradecer o apoio dispensado na organização deste evento e saudar a todos os Srs. Deputados aqui presentes; Ilma. Professora-Doutora Maria de Fátima Mantovani, neste ato representando o Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná; Ilma. Diretora de Educação da ABEn - Nacional, Professora Carmem Kalinowski; Ilma. Presidente da ABEn Nacional na gestão 1995-1998 - Enfermeira Maria Goretti David Lopes, atual Vice-Presidente da ABEn do Paraná; caro amigo da enfermagem paranaense, Farmacêutico Michequell Caputo Neto; caríssimas colegas da atual Diretoria da ABEn do Paraná, caros colegas profissionais dos serviços de saúde e das instituições de ensino; caríssimos estudantes; prezadas funcionárias da ABEn do Paraná, e prezados servidores desta Casa; senhoras e senhores.

Neste período de 12 a 20 de maio estamos em plena Semana Brasileira de Enfermagem, cujo tema central está voltado para as “Dimensões do Cuidar”, essência da nossa profissão, discutindo de forma integrada entre as escolas de nível médio e superior e os serviços de saúde/enfermagem de todo o país.

Computamos 68 semanas científico-culturais numa trajetória de 80 anos de vida da Associação Brasileira de Enfermagem e 50 anos de ABEn no Paraná.

Estamos nos últimos 04 anos sistematicamente nesta Casa, solicitando o apoio às autoridades competentes frente as demandas do trabalhador da enfermagem em relação às condições de trabalho e jornada de trabalho.

E demarcamos a data de hoje, 16 de maio, como “Dia de Luta da Enfermagem Brasileira contra a Impunidade”, que na sua 5ª edição, continuamos exigindo a apuração de todas as denúncias de irregularidades no Sistema COFEN/CORENS - Conselho Federal de Enfermagem e Conselhos Regionais de Enfermagem, e muito especialmente a elucidação dos assassinatos dos colegas enfermeiros do Rio de Janeiro.

Nesse momento os senhores estão recebendo o manifesto em defesa da apuração de responsabilidade e punição dos culpados pelo duplo homicídio dos companheiros Edma Rodrigues Valadão e Marcos Otávio Valadão, firmado pela Associação Brasileira de Enfermagem e Federação Nacional de Enfermeiros.

Recebem também a *separata* de nº 162/06 intitulada “COFEn A Investigação Necessária” elaborada pelo Exmo. Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, que reúne mais de 30 documentos referentes a autarquia federal. O Parlamentar afirma, na apresentação da publicação, que *a representatividade atual é questionável e a autoridade que lhe é concedida facilita a malversação dos recursos.*

Entendemos que o caminho da busca pela verdade é soberano e sem volta e cada desafio deva ser acolhido como estímulo para aqueles que acreditam poder fazer a diferença.

A ABEn foi a primeira organização profissional de enfermagem a surgir no país, dentre as 3 modalidades de organização de classe, e foi a responsável pela proposta de criação do sistema COFEN/CORENs efetivada em 1973 por meio da Lei nº 5905. Da mesma forma, em 1976, pela criação do primeiro órgão de reivindicação de classe, o Sindicato de Enfermeiros do Rio Grande do Sul.

A ABEn é entidade da sociedade civil e o ingresso na vida associativa é livre, facultado aos profissionais e estudantes de enfermagem.

As suas atribuições são definidas pelo estatuto, e consistem essencialmente na promoção das atividades de caráter técnico-científico, cultural e político, além da representação nacional e internacional da enfermagem, em assuntos relacionados à educação, saúde e trabalho e seus aspectos pertinentes.

Nesses últimos anos, a ABEn construiu e busca socializar um instrumento 100% brasileiro, já adotado de forma pioneira pela rede básica de saúde do município de Curitiba, denominado Classificação Internacional das Práticas de Enfermagem em Saúde Coletiva - CIPESC, de maneira a consolidar uma práxis voltada para a assistência integral, humanizada e de qualidade e maior visibilidade do profissional enfermeiro.

O cenário - cuidado e cuidador - está inserido numa sociedade dinâmica, caracterizada pela desigualdade social, do tipo mercantilista, capaz de reduzir as relações e levando a convivermos com sentimentos de opressão, angústia e medo.

Este cenário pede uma ação convergente e decidida por parte da associação em defesa do histórico compromisso com a prática profissional e o controle social, por entendermos ser este um espaço ético e legítimo de viabilizar o cuidado como um direito de cidadania.

Esse novo paradigma deve associar ao cuidado: o sonho e a ciência, o racional e a intuição, o emocional e os sentimentos, o real e o virtual, o cotidiano e a subjetividade, o individual e o coletivo, bem como considerar suas particularidades e singularidades.

Há necessidade imediata de um pacto social com outros atores em aproveitamento ao contexto político atual de forma a construirmos sujeitos coletivos.

Acreditamos na possibilidade de resgate do espírito democrático, da dignidade, do respeito e do cuidado entre nós mesmos integrantes da enfermagem e entre nossas entidades civis e o órgão fiscalizatório.

Em sua obra *Cadernos do Cárcere*, Gramsci (1999) aponta ainda que *criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas originais, significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las, por assim dizer.*

Para nos tornarmos filósofos necessitamos ter consciência de nossa historicidade.

Que possamos vislumbrar nos Srs. e Sras. Parlamentares, hoje e sempre, potenciais cuidadores daqueles que fazem o cuidado.

Agradeço a atenção de todos e muito especialmente à Deputada Rosane Ferreira, entregando estas flores e expressando nossa sincera gratidão.

Muitíssimo obrigada.

(Aplausos)

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, nobre Deputado Nelson Justus, nossa colega Cida Borghetti, Deputado Elton, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente, Sr. Presidente nosso cumprimento a nossa colega, Deputada Rosane Ferreira, pela iniciativa do evento, nesta tarde, a enfermeira Simone Peruzo, mestra em enfermagem, nossa saudação, e também a todos os seus colegas que ocupam altos cargos na área da enfermagem aqui no Paraná.

Sr. Presidente, estamos usando a palavra por delegação do nosso Líder, Duílio Genari, para expressar o respeito também do nosso partido, o Partido Progressista, com esta nobre profissão que é a enfermagem. Tenho 2 irmãos que são médicos, mas é impossível valorizarmos o trabalho de um hospital, de um posto de saúde, de uma clínica se a instituição não contar com um bom enfermeiro, com uma dedicada enfermeira. Muitas vezes o paciente se apega muito mais ao enfermeiro ou a enfermeira do que ao médico. O médico, até pela sua correria, tanta gente para atender, mais de um consultório, mais de um hospital, mais de um posto de trabalho, muitas vezes o médico passa de manhã no leito do enfermo, à noite, quando possível, dá mais uma passada, de vez em quando só passa uma vez ao dia, tem vezes que nem passa e o enfermeiro está ali, várias horas, em contato direto com o paciente.

Por isso, quando estamos enfermos, em casa ou no hospital, quase sempre o ombro amigo é o ombro do enfermeiro que se torna um grande amigo, uma grande aliado, até para confortar a família de um paciente que está em estado terminal.

É uma profissão que merece todo nosso reconhecimento, toda nossa gratidão. Que Deus abençoe poderosamente cada enfermeiro, cada enfermeira.

Fui Prefeito de Londrina por 13 anos e Deus abençoou muito o meu trabalho porque, junto com o Prefeito de Campinas e o Prefeito de Niterói, fomos os 3 Prefeitos que na época receberam destaque, porque implantamos as maiores redes de postos de saúde pública para atender à população carente. Fizemos um pronto atendimento infantil em Londrina, que é modelo mundial e fizemos uma maternidade onde já nasceram mais de 50 mil bebês.

Quando vejo tanta gente categorizada, competente e quando lembramos que alguns municípios do Paraná ainda não têm um hospital sequer, o nosso desejo, aproveitando esse evento, essa celebração, é que possa chegar

um dia que cada município brasileiro tenha um hospital, porque tendo um hospital, é mais garantia de saúde para a população, tendo um hospital é a garantia de mais emprego para os médicos, para os enfermeiros, porque muitos saem das universidades, pegam o canudo, formados, diplomados e entram na fila do desemprego, porque lamentavelmente, talvez até por dificuldade de algumas prefeituras, não tem se dado o devido valor que a área de saúde merece e que a população tem direito de ter uma vida longa e saudável. Isso nós devemos aos médicos e aos valorosos enfermeiros.

Dáí o nosso respeito, a nossa homenagem.

Que chegue logo, logo, o dia em que o Brasil e o mundo invistam o que deve ser investido na área da saúde, para garantir a vida saudável à nossa população. À essa gente que aqui vem, honrando a Assembléia Legislativa, sejam bem-vindos e que Deus cubra de bênçãos, cada profissional desta área tão importante para o dia-a-dia da nossa vida, que é a área da enfermagem.

Parabéns enfermeiros, parabéns enfermeiras.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, professores, professoras, enfermeiras, estudantes de enfermagem que nos visitam nesta tarde.

Em primeiro lugar, queria parabenizar a Deputada Rosane pela iniciativa de realizar este encontro, onde esta categoria profissional tão importante comparece a esta Casa e faz uma reflexão sobre os rumos dessa profissão fundamental para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Sabemos que vivemos numa sociedade marcada por profundas desigualdades sociais e nesta sociedade, temos que ter políticas sociais e públicas que possam diminuir essas diferenças sociais. Fico muito feliz de ver aqui, todos os profissionais que já dirigem as entidades nacionais, estaduais, na área da enfermagem e, aliás, conheço algumas pessoas já há algum tempo. Ao mesmo tempo, fico muito feliz de ver o comparecimento dos alunos e das alunas da área de enfermagem de diversas instituições. Quando eu entrava aqui, encontrei meus colegas na UniBrasil. Fiquei muito feliz de encontrá-los, instituição que eu tive o prazer de frequentar. Fico muito feliz de estar aqui e dizer que o nosso governo tem feito investimentos.

A área da saúde é uma área prioritária. Temos muito que avançar, temos grandes desafios. O governo tem, nos próximos 4 anos, o objetivo de contratar 4 mil profissionais na área da Saúde, através de concurso, nas diversas carreiras profissionais. Sabemos que a área da enfermagem é uma área fundamental para estruturar a área da saúde. Sabemos que o município que tem uma enfermeira padrão, como se diz no interior do estado, faz uma diferença enorme. Temos muitos municípios de menor porte que atuamos e sabemos a diferença que têm esses profissionais na sua atuação.

Por isso, parabéns por realizarem esta manifestação, aqui. Saibam que aqui contarão sempre com o apoio desta Casa e a simpatia por uma profissão extremamente importante para melhorar a qualidade de vida da nossa população.

Parabéns a todos vocês.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (Pela Ordem)

Só para justificar a minha ausência na Sessão de hoje nesta Casa, porque estaremos agora presidindo a Audiência Pública no plenarinho onde debateremos o exercício profissional, os limites da atuação e as organizações da categoria.

Muito obrigada. Convido a todos para irem até o Plenarinho.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Também na mesma forma que os demais Deputados, quero saudar tanto a Simone como a Goretti, que por diversas vezes estiveram aqui, cumprimentá-las pela luta, principalmente pela luta contra a impunidade, e fazer um convite aos estudantes de enfermagem para que, assim como seus professores já fazem a bastante tempo, se engajem também numa luta constante que estamos fazendo dentro da Assembléia Legislativa, assim como a Deputada Rosane, a luta pelas 30 horas na saúde. Essa é uma luta justa, que todos encampem e que esperamos ver um dia no Congresso Nacional, aprovado.

Em meu nome e em nome do Partido dos Trabalhadores, cumprimentá-los pela semana de enfermagem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência, portanto, agradece e cumprimenta a todas as enfermeiras e enfermeiros e em especial a Deputada Rosane Ferreira que a partir de agora passa no plenarinho a presidir, portanto está declarada aberta a Semana de Enfermagem sob a Presidência da Deputada Rosane Ferreira, onde estão todas as senhoras e senhores convidados a participar.

Suspendo a Sessão por 2 minutos. Felicidades e parabéns a todos.

(Suspensa a Sessão)

(Reaberta a Sessão)

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Accorsi.

Deputado Luiz Accorsi (PSDB)

O SR. LUIZ ACCORSI

Sr. Presidente Nelson Justus, membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê:)

“Mais por uma questão de lembrança, na próxima sexta-feira comemora-se os 121 anos da morte de Leocádio José Correia, um paranaense de Paranaguá cuja obra se estendeu além de sua vida e hoje se manifesta por um grande projeto social que tem à frente o professor Maury Rodrigues da Cruz. Um projeto que se expande pela atuação da Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas, que naquela data, às 20horas, realiza uma homenagem ao médico e Deputado Provincial. Também se realiza através do Lar Escola que leva o seu nome, que atende cerca de 200 crianças e vai, ainda, mais além, com os cursos superiores oferecidos pela FALEC - Faculdades Leocádio José Correia. Dr. Leocádio nasceu em 16 de fevereiro de 1848. Frequentou o Seminário Episcopal de São Paulo, do qual desistiu às vésperas da primeira unção sacerdotal.

Assumiu então outra meta em sua vida: cursou a Academia de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1873, doutorou-se em medicina, após ter sustentado uma tese sobre a litotricia (trituração dos cálculos vesicais para a eliminação pela urina), em 30 de agosto do mesmo ano.

Foi um médico na verdadeira acepção da palavra, tendo clinicado nos municípios de Paranaguá, Guaratuba, Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Curitiba, Ponta Grossa e Castro.

Foi ainda inspetor da Santa Casa de Misericórdia, inspetor escolar, jornalista, orador, escritor e poeta. Filiando-se ao Partido Conservador foi eleito Deputado Provincial à Assembléia Legislativa onde, como democrata, assumiu a causa abolicionista. Como inspetor da instrução pública destacou-se no propósito de revisão dos planos escolares que causavam dano aos seus contemporâneos, deixando, assim, as sementes da reforma escolar que sua curta existência não viu consolidada. Também esteve voltado à arte, usando o teatro como instrumento de sua campanha contra a escravidão negra.

Leocádio José Correia faleceu no dia 18 de maio de 1886, vítima de febre perniciosa. Poucos anos depois, começou a manifestar-se espiritualmente. Hoje, a SBEE que dá seqüência a seus ensinamentos é uma entidade nacional que tem como Presidente o professor Maury Cruz e como Vice a atriz Nicete Bruno.

É importante destacar que o Lar Escola Leocádio José Correia realiza atualmente uma campanha para construção de uma nova sede, onde serão atendidas 400 crianças e seus familiares, para a qual espera o apoio de toda a comunidade paranaense.”

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Pela ordem o Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

Quería fazer um registro dos Vereadores Ednilson e do Presidente da Câmara de Iporã, o Valdair Bortoloti, popular Toreba, que se fazem presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sejam bem-vindos, Vereadores. Devidamente registrado.

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Uso a tribuna no dia de hoje, para que possamos fazer uma reflexão a respeito das votações feitas nesta semana, principalmente a votação com relação à emenda que previa anistia das faltas dos servidores e das servidoras da área da saúde, no dia 29 e 30 de março. Esta Assembléia, de alguma forma, contribuiu para que tivéssemos hoje os trabalhadores e trabalhadoras de saúde, o SindSaúde, sendo recebidos pela Secretaria da Administração, porque conversei há pouco com a Secretária Maria Marta e conversamos, assim como a Deputada Luciana, o Deputado Elton também estavam no almoço que o Governador Requião fez, mas esta recepção que está sendo feita hoje pela Secretária Maria Marta é, em parte, fruto dos debates que estão sendo feitos aqui nesta Casa, Sr. Presidente, que obviamente apontam para a necessidade de termos uma solução mediada para o conflito que se instalou e, principalmente, para os descontos que para o nosso entendimento e para o entendimento da maioria absoluta das pessoas são completamente fora de propósito, porque são descontos de 2 dias trabalhados, 29 e 30 de março, e descontos que atingem inclusive pessoas que estavam em licença de saúde e licença maternidade.

É óbvio que esses descontos não se sustentarão, à medida em que nós tivermos - não só através do diálogo - que busquemos a anistia dessas faltas, mas em último caso, medida judicial.

Uma ponderação que gostaria de fazer, Sr. Presidente, é que oportunamente esta Assembléia estará colocando um painel para acompanharmos as votações e certamente esse painel será extremamente útil para nós todos, porque no dia de ontem, pelo calor da votação da emenda, especificamente, tivemos uma situação inusitada, porque tínhamos 49 Deputados em plenário e 49 Deputados em plenário com, obviamente, 48 Deputados votando, uma vez que o Presidente desempata, e na hora de contarmos os votos, acabamos contando 25 votos a 24. Ou seja, coletamos 50 votos. E depois, procurando como chegamos a esse número, uma vez que temos 5 Deputados que estão fora? Na verdade, não foi 25 a 24, foi 25 a 23. Tivemos um número e falo isso porque depois de procurar muito achei que havia sido empate. Achei que havia sido 24 votos a 24. Comentei inclusive com o Deputado Elio Rusch que havia sido 24 votos a 24, agora, logo depois do almoço. Mas depois, procurando todos os votos, à conclusão que chegamos é o contrário, não houve 24 votos pela manutenção da emenda, houve 23 votos pela manutenção da emenda e 25 votos, porque

contamos a Bancada do PMDB como 15 Deputados e na verdade são 16 Deputados.

Estou colocando isso, porque mostra como é extremamente necessário. Em bom tempo, esta Mesa providenciou para que nós tivéssemos o painel, porque vão tirar todas as possibilidades de nós, em algum momento, termos votações feitas como a votação de ontem que foi com bastante gente em plenário, são 48 Deputados em plenário. E por algum equívoco, na hora de contarmos, termos essa diferença de votos. De qualquer forma, acredito que foi o episódio que me chamou a atenção, e me chamou atenção pela necessidade, inclusive, desse painel, mas principalmente me chamou a atenção hoje durante o almoço, pela possibilidade de termos agora a tarde. Não acho que vamos ter uma solução, mas temos o caminho aberto.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, assim como muitos profissionais da área da saúde estão aqui por diversas vezes, o Deputado Pugliesi tem sido um defensor dessa causa também.

Por diversas vezes, Deputado Pugliesi, temos nos batido para que os descontos não ocorram da forma que ocorreram e por diversas vezes temos dito que o nosso papel é fazer com que haja mediação e que a política possa ser dos partidos, a política possa ser um espaço de mediação.

Com todas as dúvidas que me assolaram ontem, até algumas horas da madrugada, inclusive, hoje a partir do horário da tarde, fico mais tranqüilo com o resultado que eu pude comprovar e mais ainda com a possibilidade de agora, no período da tarde, termos o primeiro passo. Primeiro passo que eu sei é bastante incipiente, dado ao tencionamento que vem ocorrendo e que, obviamente, esperamos que não seja acirrado - Deputado Dobrandino, o senhor também que por diversas vezes esteve à frente desse debate - que não seja acirrado, a partir do dia 1º de junho, mas um debate que queremos que seja feito com tranqüilidade, com os pés no chão, que a partir de agora, possamos, talvez numa comissão tirada inclusive desta Casa, junto com a Secretária da Saúde, junto com os sindicatos, que foi uma proposta que fizemos há um mês e meio atrás, onde encaminhamos uma negociação que possa trazer, de alguma forma, a tranqüilidade ao Governo do Estado que pretende ver o seu pleito e seus hospitais atendidos, aos trabalhadores da saúde que de fato têm as 30 horas como necessidade, inclusive aqueles que já têm por direito por leis federais e também aos usuários.

Obrigado!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado à Liderança do Partido dos Democratas, concedemos a palavra ao Deputado Elio Rusch.

Liderança dos Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados

Uso o horário do Partido dos Democratas para falar sobre um assunto ao qual nos referimos inúmeras vezes, aqui na Assembléia Legislativa, que é a ocupação da Fazenda Syngenta, no oeste do estado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governador Roberto Requião estará na noite de hoje viajando para o Japão, com uma comitiva de empresários, com Deputados desta Casa. Mas, o que vai acontecer no dia de amanhã?

Vamos fazer uma retrospectiva bem rápida: em março de 2006, quando acontecia o encontro aqui em Curitiba, do COP 8, COP 9, no segundo dia deste acontecimento foi invadida, pela Via Campesina, a fazenda de pesquisa, campo de pesquisa da Fazenda Syngenta, no município de Santa Tereza do Oeste. Diga-se de passagem - e o Deputado Dobrandino conhece muito bem aquela fazenda, aquela área de pesquisa - que não é uma fazenda de produção, mas é um campo de pesquisa.

A Assembléia Legislativa criou uma comissão especial, presidida por nossa pessoa e tendo o Deputado, hoje Federal, Barbosa Neto como Relator. Fomos impedidos, naquele dia, numa visita à fazenda, de adentrar a Syngenta. Concluimos nosso trabalho.

A Comissão de Agricultura da Câmara Federal, criou uma comissão de controle externo dessa comissão, tendo o Deputado Eduardo Sciarra como Relator, para verificar e fazer um relato daquilo que efetivamente estava acontecendo na Fazenda Syngenta, em Santa Teresa do Oeste.

Pois bem, a Fazenda Syngenta entra na justiça, ganha reintegração de posse, o Governador não cumpre, a Juíza dá uma sentença determinando o pagamento de R\$ 50 mil de multa para o estado do Paraná, caso não venha a cumprir essa reintegração. O governo do estado, logo depois disso, baixa um decreto e desapropria a fazenda para outras finalidades. A Syngenta entra com uma outra ação na justiça e derruba - e agora, em definitivo - o decreto do Governador, pela sua total ilegalidade.

E o que aconteceu, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados? É aí que vem minha preocupação: no dia 25, agora, mês passado, a Juíza Vanessa de Souza Camargo determina a reintegração de posse no prazo de 15 dias. E caso o Governo não cumpra a reintegração de posse, o estado do Paraná deverá pagar uma multa de R\$ 50 mil. A partir de quando? A partir de amanhã. O Governador Roberto Requião não estará no Paraná, já estará no Japão. Ele deixará ordens para a Polícia Militar desocupar a fazenda invadida, a Syngenta? Ou deixa isso para o Vice-Governador?

Faço questão de fazer a leitura, para não dizer que são palavras do Deputado Elio Rusch. São palavras da Juíza:

(Lê):

“A Dra. Vanessa de Souza Camargo, Juíza de direito da 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, capital do estado do Paraná, ao Oficial de Justiça, que à vista do presente mandado devidamente assinado, expedido dos autos de ação - obrigação da Fazenda, cumulada com indenização, com pedido de tutela antecipada em que Syngenta Ltda. promove contra o estado do Paraná. Proceder à intimação do estado do Paraná na pessoa da Dra. Procuradora-Geral para o fim de determinar que seja disponibilizado pelo requerido, no prazo de 15 dias, força pública necessária para executar a ordem de desocupação, determinado pelo Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Cascavel, nos autos da Reintegração de Posse nº 279/06, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil.”

Aqui está a certidão. A certidão do Oficial de Justiça, comunicando: *No dia de hoje (dia 02 de maio deste ano), às 9h 00min, o que fiz lendo o conteúdo mandado, convidando a exarar o ciente que atendeu e oferecendo a contrafé que aceitou e deu fé.*

Dia 02 de maio, Presidente, agora, neste mês. Hoje é dia 16 de maio, hoje faz 14 dias. Amanhã é dia 17, amanhã faz 15 dias. É a decisão da Justiça. Se o governo não desocupar a fazenda, a partir de amanhã, o povo do Paraná, os contribuintes do Paraná pagarão uma multa de R\$ 50 mil pelo descumprimento de uma ordem judicial, o que lamentamos profundamente!

Espero que o Líder do Governo, se estiver me ouvindo, que ainda fale com o Governador Roberto Requião, no dia de hoje, para que ele não deixe esse “tijolo quente” na mão do seu Vice Orlando Pessuti, que vai assumir, hoje, o Governo do Estado. Amanhã tem que ser feita a reintegração de posse. O Governador escolheu exatamente a data de hoje - dia 16 - sabendo que amanhã vai completar 15 dias do despacho da Juíza penalizando o estado do Paraná ao pagamento de multa de R\$ 50 mil.

Espero que o Governador Roberto Requião determine ao seu Secretário da Segurança e ao Comandante da Polícia Militar a reintegração de posse, amanhã, que é o dia fatal: último dia.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Nobre Deputado Elio Rusch, parabéns pelo seu pronunciamento. O senhor relata que o Governo do Paraná terá que pagar, a partir de depois de amanhã, R\$ 50 mil reais por dia de multa, se não atender a reintegração de posse, como V. Exa. citou.

Fico preocupado e quero concordar com o senhor. O governo precisa ficar atento a isso, porque esse dinheiro que sai do cofre do governo é dinheiro que a população paga por meio dos impostos e se vai 50 mil de multa a cada dia, 1 dia será 50 mil, 2 dias será 100 mil e assim por diante. Enquanto isso, a saúde pública, em

especial da minha região, a Santa Casa com leitos fechados, todo equipamento está lá, mas não pode funcionar porque falta, justamente, dinheiro que o governo tem compromisso de mandar e ainda não mandou para ajudar na saúde pública daquela região.

O seu pronunciamento é muito importante para lembrar essa questão de gestão pública. Às vezes, por questões pessoais ou que não têm interesse ao Paraná, fere o imposto, o dinheiro é arrecadado, mas vai com destino para multa e não para saúde pública.

Então, mais uma vez, parabéns a V. Exa. e tenho certeza que se isso acontecer é um descaso com o povo do Paraná.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Agradeço ao Deputado Fabrício e quero dizer que cabe exatamente aos Parlamentares, independente de Oposição ou de Situação, ao menos alertar ao governo de uma possível indenização. Isso aqui não é uma possível, isso já é um fato consumado! É o que estamos dizendo para o Governador, hoje, porque amanhã vence.

Deputado Nelson Justus, eu não gostaria de vir segunda-feira, na próxima semana, ocupar esta tribuna e dizer que o estado do Paraná já está penado em R\$ 200 mil, pelo não cumprimento de uma reintegração de posse. Espero que o Governador Roberto Requião, o Deputado Waldyr Pugliesi, o Deputado Luiz Claudio Romanelli, Líder do Governo, façam o Governador Roberto Requião entender a necessidade de determinar a reintegração de posse dessa área invadida e cumprir a decisão da Justiça, sob pena de nós, paranaenses, não sermos penalizados ao pagarmos uma multa de R\$ 50 mil por dia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças: PP.

Concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, as Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Eu tinha pedido um aparte ao Deputado Tadeu Veneri, mas ele estava falando no horário do Pequeno Expediente e não se estendeu ao Horário das Lideranças. Eu queria fazer, por um dever de consciência, um registro sobre o voto que o Professor Luizão proferiu, ontem, no tocante à tramitação do projeto de reajuste salarial do funcionalismo, na emenda que abonava os dois dias como desconto no salário do pessoal da saúde.

Pelo longo período de militância na vida pública, eu entendo, nobre Deputado Professor Luizão, que a situação do suplente é totalmente complicada e delicada. O Professor não é do meu partido, no

entanto, volto a repetir, por dever de consciência eu quero enaltecer aqui e acreditar que o pessoal da área de saúde compreende perfeitamente a “saia justa”, que tradicionalmente é colocada sobre alguém que está exercendo o mandato, mas na condição de suplente - pode ficar até o final do mandato, mas se a conveniência indicar pode ter que deixar a cadeira, imediatamente, como já aconteceu em alguns momentos no Congresso Nacional. O nosso respeito ao Professor Luizão, pelo voto que ele proferiu, ontem aqui.

Segundo, Sr. Presidente, a nossa Coordenadora da Região Metropolitana de Londrina, ex-Deputada Elza Correia, promoveu ontem uma reunião - está na imprensa de hoje - sobre transporte metropolitano. Muito bem! Tem tanta coisa para ser feita em favor da melhoria do transporte coletivo, metropolitano, intermunicipal e interestadual: mais pontos de ônibus, terminais. Londrina precisa com urgência de um terminal metropolitano, porque o passageiro que é de Cambé, Ibiporã, Jataizinho, Rolândia, Bela Vista, dos municípios que formam a região metropolitana de Londrina, quando eles estão em Londrina, quando vão pegar o ônibus metropolitano, se tiver sol, eles tomam sol, se tiver chuva, eles tomam chuva, tem gente que é doente e não pode ficar muito tempo em pé, não tem banco, não tem banheiro, não tem abrigo, não tem absolutamente nada. O único caminho é o governo pensar com urgência na construção de um terminal de transporte metropolitano para favorecer e dar um pouco mais de conforto a esses passageiros, que são trabalhadores e trabalhadoras do norte do Paraná, para utilizar o transporte de ônibus metropolitano, com um pouco mais de conforto.

Sr. Presidente, paralelamente às questões de melhoria de transporte, tem um item, aqui, que não concordo em hipótese alguma - vamos aguardar a volta do Governador Requião da viagem ao Japão e que o Governador vá com Deus, que faça uma boa viagem e temos aí alguns colegas que vão junto com ele - agora, na volta do Governador Requião, vamos bater em cima de um item que foi discutido ontem em Londrina, que é acabar com o cobrador de ônibus. Já estamos em uma crise de falta de posto de trabalho, não tem emprego para o povo, o cobrador está ali vivendo com o fruto do seu trabalho e se auto-sustentando, muitas vezes com família também para sustentar e no momento em que não vemos instalação de nenhuma grande empresa no Paraná, não vemos a criação de novos postos de trabalho, está faltando emprego, quem está empregado está perdendo o emprego e de repente vemos, com tristeza, aqui no jornal, falar em bilhetagem eletrônica. O que significa isso?

Que o passageiro vai embarcar no ônibus e não vai ter cobrador. Muito bem! Mas e para onde vai esse cobrador que vai perder o emprego?

Talvez aqui os tecnocratas vão dizer que aqui tem que ser igual a Paris, que não tem cobrador, tem que ser

igual a Itália ou Suíça, aqueles países ricos, mas lá não falta tanto emprego como aqui, como no nosso país e em especial no Paraná.

Então, Sr. Presidente, venho à tribuna apenas em uma primeira manifestação. Vamos estar solidários aos cobradores de ônibus que servem a região de Londrina e se essa idéia for discutida em todas as regiões do Paraná, vamos defender o emprego dos cobradores de ônibus em todo o Paraná. Se estivesse sobrando emprego, muito bem. Mas volto a repetir: com o mercado de trabalho escasso, fazer uma reunião como esta aqui na imprensa para discutir, para colocar no olho da rua o cobrador, Sr. Presidente, que já ganha tão pouco, e as empresas de ônibus têm lucros incalculáveis!

A nossa solidariedade, a nossa defesa intransigente em defesa do emprego do cobrador de ônibus. Nada de bilhetagem eletrônica! Por enquanto, isso é coisa para país onde está sobrando dinheiro, aqui não está sobrando dinheiro e está faltando emprego!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PSB / PL / PRB / PV, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Bem rapidinho, só a respeito do pronunciamento do Belinati, que falou na minha situação de suplente e que eu deveria ter votado, enfim, contra as emendas. Quero dizer, Sr. Deputado, que agradeço pela sua consideração e é evidente que a condição de suplente não é uma posição muito confortável. Mas, em relação às emendas de ontem, votei contra, defendi contra inclusive na Comissão de Constituição e Justiça e então votei com consciência e com convicção, porque não considero que aquelas emendas resolvam o problema, além de considerar que estavam totalmente indevidas naquele projeto.

Defendo uma solução definitiva para o problema: se são 40 horas ou se são 30 horas. quem vai fazer 40 ou quem vai fazer 30. Isso porque no mês que vem, se vem desconto novamente, daí não tem outro projeto, não tem outras emendas e o problema vai se perpetuando. Quer dizer, serve para fazermos discurso, serve para conseguirmos aplausos, mas não resolve efetivamente o problema que acaba, inclusive, prejudicando os servidores da saúde, que vão ficar naquela expectativa que o problema vai se resolver a partir de uma emenda de um projeto.

Por isso, Belinati, agradeço a sua fala, mas votei com convicção naquele projeto, porque defendo uma solução definitiva e não paliativa.

Obrigado Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, na verdade não iria justificar, mas até inspirado nas palavras do Deputado Luizão, quero aqui justificar a nossa posição de abstenção, ontem, no projeto que cria o controle interno, até em respeito ao Deputado Douglas Fabrício, que hoje me perguntou por quê nos abstivemos?

Porque somos favoráveis ao controle interno, ao projeto, mas o que somos contra é à criação desse novo cargo de R\$ 12 mil, tendo em vista que ontem mesmo extinguímos a SERLOPAR e sobraram cargos lá. Então, como não tinha como votar a favor do projeto e contra o salário que estava embutido, nós nos abstivemos.

Agora, quero, na tarde de hoje, fazer um convite. Já fiz pessoalmente a alguns Deputados, eu sei que a maioria não poderá se fazer presente aqui na próxima sexta-feira, mas aqueles que puderem e se puderem participar, estaremos tendo aqui um evento. O convite já foi distribuído pelo Deputado Nelson Justus, e pelo Deputado Haully, do Paraná, da Frente Parlamentar em Defesa da Microempresa. O Deputado Bertoldi já confirmou presença e seria importante o maior número possível de Deputados. Entendemos que o horário e a data são meio na contramão da agenda da maioria dos Deputados, é na sexta-feira, às 17h00, porque certamente vamos discutir aqui aquilo que teremos que votar antes do recesso do mês de julho.

Seria importante se a imprensa, a quem eu peço se puder divulgar esse evento, peço à assessoria de comunicação da Casa que divulgue nos meios de comunicação para que contabilistas, advogados, empresários, enfim, a sociedade possa participar, porque teremos que alterar a lei da microempresa no Paraná, e hoje a lei da microempresa do Paraná serve de modelo para o Brasil, porém, em alguns aspectos nós não vamos prejudicar, mas vamos perder algumas vantagens que o empresário paranaense tem. Seria importante esse debate, porque provavelmente seja um dos poucos debates que vamos fazer antes de aprovarmos a lei que vai convalidar essa nova emenda constitucional que tivemos, que é a nova Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Então, fica aqui o convite do Presidente, e eu também como Presidente da Comissão de Acompanhamento da Reforma Tributária e da Lei da Micro e Pequena Empresa convido a todos os Pares. Entendemos aqueles que não puderem participar. Na semana que vem, deveremos fazer um resumo e colocar no gabinete, na mesa de cada um dos Srs. Deputados, para que possam levar para as suas bases, para os micros e pequenos empresários que hoje são os grandes geradores de emprego, não só no Paraná, mas no Brasil, as alterações que vamos fazer aqui no sistema tributário no que concerne às micro e pequenas empresas do Paraná.

Mais uma vez, eu torno a frisar: essas alterações teremos que fazer antes do mês de julho, que é quando entra em vigor a nova lei nacional. Mas, para essa lei nacional entrar em vigor, teremos que convalidar a nossa lei aqui no Paraná, que vai alterar e em alguns aspectos vamos perder alguns benefícios que existem hoje.

Então, fica o convite feito e peço, mais uma vez, Sr. Presidente, se a assessoria de imprensa da Casa puder divulgar, para que a imprensa do Paraná divulgue e convide a sociedade a participar na sexta-feira.

Obrigado.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, apenas para registrar aqui na Casa a presença do Presidente da Câmara de Nova Aurora.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Seja bem-vindo, Presidente.

Esta presidência solicita, através de memorando aos Srs. Líderes do PMDB, do PSDB, do PT, do Democratas, do PP, e do Bloco PSB/PL/PRB/PV, para indicarem um membro Partidário para a constituição da Comissão Especial de Investigação que irá investigar possíveis abusos nos preços dos insumos e fertilizantes. É uma iniciativa da Deputada Luciana Rafagnin. Essa Comissão Especial de Investigação já está criada e eu solicito apenas que os Srs. Líderes dos Partidos indiquem, por gentileza, os seus respectivos membros.

Liderança da Oposição.

(Declina)

Liderança da Situação: com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Gostaria de comunicar a esta Casa o anúncio feito pelo Governador Requião em respeito, inclusive, claro, ao processo de votação que realizamos na data de ontem. Ele esperou ter autorização legislativa para anunciar o reajuste de 17,02% no salário dos professores e ser pago ainda no mês de maio, Deputado Luizão.

É uma grande vitória o que todos pudemos aqui vivenciar e poder aprovar, Sr. Presidente, graças a compreensão dessa presidência de poder fazer com que essa votação pudesse ocorrer e nós, depois do Governador, ter a aprovação da Assembléia Legislativa, poder efetivamente anunciar o reajuste salarial para os professores da rede pública estadual.

Então, certamente hoje é um momento importante. Fico muito feliz de comunicar à nossa base de apoio, comunicar também aos companheiros que compõem a

Oposição nesta Casa, porque afinal de contas nós todos, com todas as contradições e dificuldades, conseguimos votar este projeto em tempo record e mais do que tudo, Deputado Waldyr Pugliesi, dizer, que para nós é muito importante viver um momento igual a este, Deputado Dobrandino.

O Sr. Professor Luizão (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Considero importantíssimo esse reajuste para os professores e também espero que, na sequência, os demais servidores, conforme está previsto na lei que votamos, e só lamento que neste primeiro momento os contratos de regime especial, onde estão incluídos os PSSs, segundo o governo não há recurso para, neste momento, atender esses contratos de regime especial, porque vai causar um desconforto aos professores que estão trabalhando através de contrato temporário, mas para os professores de carreira, os professores do quadro. Sem dúvida nenhuma que é um reajuste importantíssimo, acho que vai elevar a auto-estima dos professores de ter este reajuste ainda neste mês de maio, de 17,04%, e continuamos esperando que na sequência o orçamento do estado permita que os demais servidores também sejam contemplados e no mês de maio do próximo ano tenhamos zerado as correções deste período, agora até abril do ano que vem.

Obrigado, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Queria dizer ao Deputado Luizão que a questão do PSS é importante, mas está lá a ressalva, está o compromisso e, certamente, num segundo momento, também serão atendidos, como também serão atendidas todas as outras categorias.

O importante é que o primeiro grande avanço nós já fizemos ainda neste mês. É um grande impacto, significa cerca de R\$ 23 milhões a mais, mas é muito importante para valorizar a educação no nosso estado através de um salário melhor.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, queria registrar também que faremos hoje, como havíamos nos comprometido ontem aqui, em nome da base que apoiou, no processo de votação, a questão que envolvia a rejeição daquela emenda do abono de faltas, quero dizer em nome dos Deputados que votaram conosco ontem, que estaremos, Deputado Luizão, eu e V. Exa., hoje, provavelmente também o Deputado Welter, estaremos reunidos com a Secretária Maria Marta para fazer, iniciar uma conversação sobre o tema, como havíamos dito ontem, inclusive no encaminhamento da votação.

Quero agradecer, Deputado Nelson Justus, aos Deputados que estiveram firmes conosco ontem, de forma coerente, apoiando aquela votação e o sentimento que vamos fazer o possível para melhorar a vida das pessoas.

Com o aparte, Deputado Reni Pereira.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Só quero perguntar a V. Exa. com base no que não é provocação, Deputado, eu votei favorável ao aumento, só que confesso que ouvi atentamente e V. Exa. deve estar melhor instruído do que a minha assessoria - com base no que o Governo pretende pagar apenas uma das categorias que estão previstas na lei como um todo?

Faço essa pergunta porque é altamente relevante e porque a expectativa é de todos aqueles elencados na mesma lei que concedeu aumento para o magistério. Quero que se pague os professores e quero que se pague também os outros funcionários.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero que se pague também, mas o compromisso do Governo é de pagar primeiro a categoria que há mais tempo não recebe reajuste, quem está desde abril de 2004 sem receber reajuste que é a categoria dos docentes do Governo do Estado do Paraná.

Por isso é que receberão em primeiro lugar, a decisão foi tomada pelo Governador Roberto Requião.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 123/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo a construção de uma quadra coberta poliesportiva, na Universidade Estadual de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 124/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo viabilizar junto à Secretaria da Saúde do Estado do Paraná e/ou Ministério da Saúde, recurso para construção de uma Unidade de Atenção Integral à Saúde da Criança e da Mulher no município de Guaraqueçaba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, designando o Sr. Deputado Osmar Bertoldi para representar esta Casa de Leis na inauguração das Unidades Geradoras 9ª e 18ª, na Usina Hidrelétrica do Paraná, Itaipu Binacional, nos dias 19, 20 e 21 de maio de 2007, na cidade de Foz do Iguaçu/PR. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designado os Srs. Deputados Artagão Júnior, Francisco Bühner, Reni Pereira, Edson Strapasson e Cida Borghetti para representarem esta Casa

de Leis na XI Conferência da UNALE, nos dias 23 a 26 de maio de 2007, na cidade de Porto Alegre/RS. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Memorando subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, solicitando aos Srs. Deputados Líderes do PMDB, PSDB, PT, Democratas, PP e Bloco PSB/PL/PRB/PV para indicarem membro partidário para a constituição da Comissão Especial de Investigação que irá investigar possíveis abusos nos preços dos insumos e fertilizantes. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 131/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/07, que extingue a entidade autárquica Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, vinculada a Casa Civil (extingue e remaneja cargos em comissão à Casa Civil).

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 131/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam extintas as atividades de exploração dos serviços de loteria no estado e, conseqüentemente, a entidade autárquica denominada Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, a que se refere a Lei nº 11272, de 21 de dezembro de 1995.

Art. 2º Ficam transferidos ao âmbito da Casa Civil os cargos de provimento em comissão da autarquia ora extinta.

Art. 3º A Casa Civil sucederá o SERLOPAR nos contratos e convênios em fase de execução, bem como nos direitos, nas obrigações e na guarda e destinação dos bens patrimoniais.

Art. 4º Os funcionários lotados no SERLOPAR ficam à disposição da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, para fins de realocação.

Art. 5º O Governador do Estado do Paraná designará, por ato próprio, um grupo de trabalho para promover a apuração do patrimônio e a liquidação do SERLOPAR, a ser constituído por servidores do SERLOPAR; da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA; da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP; da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL; da Casa Civil - CC e da Procuradoria Geral do Estado - PGE.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Tesouro Geral do Estado do Paraná os saldos financeiros do Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, apurados em decorrência da presente lei.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 11272, de 21 de dezembro de 1995.

Sala das Comissões, em 16.05.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

Em discussão...

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, lógico, vamos votar favorável. Jamais se vota contra numa redação final, porque não tem como justificar o voto numa redação final, não é mais deliberativo, é apenas deliberação. A única coisa que queríamos deixar registrado e que lamentamos profundamente é que extingue essa autarquia mas não se extingue os cargos em comissão nela lotados.

Eu só espero que o Governador do Estado do Paraná, nessa viagem que vai fazer lá para o Japão, que ele reflita sobre esses cargos de comissão que continuam na sua mão e na volta faça uma outra mensagem para a Assembléia para extinguir estes cargos também.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Votação.

Aprovado.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 136/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que suprime o parágrafo 3º do artigo 9º e dá nova redação ao

artigo 13 da Lei nº 12398, de 30 de dezembro de 1998 (ParanaPrevidência), conforme específica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 136/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 13 da Lei nº 12398, de 30 de dezembro de 1998, que passará vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. Os Diretores serão indicados, ao Governo do Estado, pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência, dentre pessoas qualificadas para a função, com comprovada habilitação profissional, formação de nível superior, sendo dois deles, obrigatoriamente, escolhidos dentre servidores inscritos na ParanaPrevidência.”

Art. 2º Fica alterada a redação do artigo 18 da Lei nº 12398, de 30 de dezembro de 1998, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. Ao Diretor-Jurídico compete a representação judicial da ParanaPrevidência, a coordenação dos trabalhos jurídicos relativos à instituição, a emissão de pareceres acerca dos pedidos de concessão de benefícios e de inscrição de segurados, dependentes e pensionistas, assim como as atividades de natureza técnico-jurídica em geral.”

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.05.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 218/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/07, que institui o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 218/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, tendo por objetivo estabelecer o regramento necessário para o cumprimento das ações referentes aos Programas de Governo estabelecidos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, bem como a avaliação da Gestão dos Agentes Públicos e a correta aplicação das políticas públicas, no âmbito da Adminis-

tração Direta e Indireta, com atividades, estruturas e competências regulamentadas por decreto.

Parágrafo Único. Integram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual todas as Secretarias de Estado, a Procuradoria-Geral do Estado, os órgãos da Administração Direta e Indireta, inclusive as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e demais Órgãos de Regime Especial.

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 2º O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual consiste em um plano organizacional de métodos e procedimentos, de forma ordenada, articulados a partir de um órgão central de coordenação, adotados pela Administração Pública para salvaguardar seus ativos, obter informações oportunas e confiáveis, promover a eficiência operacional, assegurar a observância das leis, normas e políticas vigentes, estabelecer mecanismos de controle que possibilitem informações à sociedade e impedir a ocorrência de fraudes e desperdícios.

Art. 3º O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual prestará apoio ao Órgão de Controle Externo no exercício de sua função, em cumprimento ao artigo 74 da Constituição Estadual.

Parágrafo Único. O apoio ao Controle Externo, sem prejuízo do disposto em legislação específica, consiste na prestação de informações e dos resultados das ações do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.

Capítulo II

Das Atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual

Art. 4º As atividades do Sistema de Controle Interno, exercidas em todos os níveis e em todos os órgãos e entidades da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual compreenderão, particularmente:

I - o controle exercido diretamente pelos diversos níveis de chefia, objetivando o cumprimento dos programas, metas, diretrizes e orçamentos e a observância à legislação e às normas que orientam a atividade específica do órgão controlado;

II - o controle, pelos diversos órgãos da estrutura organizacional, da observância à legislação e às normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;

III - o controle sobre o uso e guarda dos bens pertencentes ao Estado, efetuado pelos órgãos próprios;

IV - o controle orçamentário e financeiro sobre as receitas e as aplicações dos recursos, efetuado pelos órgãos dos Sistemas de Planejamento e Orçamento, de Contabilidade e Finanças;

V - o controle exercido pela Coordenação de Con-

trole Interno destinado a avaliar a economia, a eficiência e a eficácia do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, e assegurar a observância dos dispositivos constitucionais e aos incisos I a VI do artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 5º O Órgão Central do Sistema será a Coordenação de Controle Interno.

Art. 6º As atividades do Sistema de Controle Interno nos órgãos e entidades da estrutura organizacional do Poder Executivo, serão exercidas pelos respectivos ordenadores de despesa.

Capítulo III

Da Coordenação de Controle Interno - CCI

Art. 7º Fica instituída a Coordenação de Controle Interno - CCI, Órgão Singular de função consultiva e executiva do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, a ser regulamentada por decreto.

Art. 8º A Coordenação do Sistema de Controle Interno será exercida pelo Secretário de Controle Interno e fará parte da Governadoria do Estado, na forma do artigo 11, inciso I, da Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987.

Capítulo IV

Da Finalidade da Coordenação de Controle Interno - CCI

Art. 9º A Coordenação de Controle Interno - CCI, terá por finalidade:

I - planejamento, coordenação, controle e avaliação das atividades de Controle Interno do Poder Executivo Estadual;

II - integração operacional para o desenvolvimento das atividades entre as Secretarias de Estado e demais Órgãos da Administração Direta e Indireta;

III - expedição de atos normativos sobre procedimentos de controle e recomendações para o aprimoramento;

IV - avaliação da economia, eficiência e eficácia de todos os procedimentos adotados pela Administração Pública, através de processo de acompanhamento realizado nos sistemas de Planejamento e Orçamento, Contabilidade e Finanças, Compras e Licitações, Obras e Serviços, Administração de Recursos Humanos e demais pertinentes à Administração;

V - proporcionar o estímulo e a obediência das normas legais, diretrizes administrativas, instruções normativas, estatutos e regimentos;

VI - garantir a promoção da eficiência operacional e permitir a conferência da exatidão, validade e integridade dos dados contábeis que serão utilizados pela organização para tomada de decisões;

VII - assegurar a proteção dos bens do erário, salvaguardando os ativos físicos e financeiros quanto a sua correta utilização;

VIII - assegurar a legitimidade do passivo, mantendo um sistema de controle eficiente da Dívida Ativa;

IX - propiciar informações oportunas e confiáveis, inclusive de caráter administrativo e operacional sobre os resultados atingidos;

X - acompanhamento sobre a observância dos limites legais e constitucionais de aplicação com gastos em áreas afins;

XI - estabelecimento de mecanismos voltados a comprovar a eficácia, a eficiência e a economicidade na gestão orçamentária, financeira e patrimonial na Administração Pública;

XII - alerta formal às autoridades administrativas para que instaurem, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos ou fatos ilegais, ilegítimos ou outros incompatíveis com a prática da Administração Pública e que resultem em prejuízo ao erário;

XIII - realização de inspeções, auditorias nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, de pessoal e demais sistemas;

XIV - cumprimento, por parte do titular da CCI, do estabelecido no parágrafo único, do artigo 54, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Capítulo V

Das Apurações de Irregularidades e Responsabilidades

Art. 10. Verificada a ilegalidade nos atos administrativos pelos Agentes Públicos, a Coordenação de Controle Interno, de imediato, adotará as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, fazendo indicação expressa dos dispositivos a serem observados.

Art. 11. Não havendo a regularização relativa à irregularidade ou ilegalidade apuradas, o fato será documentado e levado ao conhecimento das autoridades administrativas pela Coordenação de Controle Interno.

Parágrafo Único. Nos casos de indícios de irregularidade ou ilegalidade, não sanados pelo Agente Público, a Coordenação de Controle Interno determinará a abertura de processo administrativo para apurar os fatos.

Art. 12. Fica obrigado o responsável pelo Sistema de Controle Interno, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, conforme artigo 78, parágrafo 1º, da Constituição Estadual.

Art. 13. Fica criado, no âmbito da Governadoria, 1 (um) cargo de Secretário de Controle Interno símbolo AE-1, que deverá ser preenchido preferencialmente por servidor estável com notória especialização na matéria tratada nesta lei.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.05.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

Em discussão...

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, da mesma forma, neste projeto jamais votaremos contra, apenas deixar um alerta para o Governo e o Líder do Governo. Entendemos que o decreto do Governador regulamentando o trabalho e o serviço da Corregedoria Geral do Estado do Paraná são as mesmas atribuições que está solicitando nessa Comissão de Controle Interno e conflitam exatamente.

Acho que o governo tem que dizer quem vai ter o controle interno na administração pública. Até li ontem para o Deputado Waldyr Pugliesi 2 artigos do decreto do próprio Governador. Não é possível que ele mantenha as mesmas atribuições à corregedoria e agora, através de uma lei, cria-se o controle interno no Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 311/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/07, que visa estabelecer índices e critérios para reajustar os vencimentos das carreiras estatutárias do Poder Executivo do Estado do Paraná, cumprindo o inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual em relação à revisão geral anual. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 311/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o índice geral de 3,14% (três vírgula quatorze por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico, com o conseqüente reflexo nos interníveis e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, a todas as carreiras estatutárias do Poder Executivo do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual.

Art. 2º Fica também concedido índice complementar de correção de acordo com os demonstrativos percentuais constantes do anexo único desta lei.

Parágrafo Único. O índice complementar de correção de que trata o presente artigo corresponde à incidên-

cia do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, desde a data da consolidação dos planos de carreira ou de reestruturação de tabelas estabelecidos por lei, até o mês de abril de 2007.

Art. 3º O disposto nesta lei aplica-se aos inativos e geradores de pensão das carreiras do Poder Executivo e aos servidores ativos integrantes da Carreira Técnica de Extensão Rural do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.

Art. 4º O disposto nesta lei não se aplica às empresas públicas, sociedades de economia mista, entes de cooperação econômica, aos Contratos de Regime Especial - CREs, aos cargos de provimento em comissão e a outras funções temporárias.

Parágrafo Único. O Chefe do Poder Executivo poderá, observadas as disponibilidades orçamentária e financeira, o comportamento da receita e a legislação pertinente, rever os valores pagos aos contratos de regime especial, excepcionalizado o disposto no *caput* deste artigo.

Art. 5º A aplicação dos índices fixados nos artigos 1º e 2º e a implementação em folha de pagamento ficam condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira, ao comportamento da receita e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, ao longo do exercício de 2007.

Parágrafo Único. Ato do Chefe do Poder Executivo fará publicar as tabelas salariais contendo os índices aplicados e a data de vigência.

Art. 6º Caberá à Procuradoria Geral do Estado - PGE tomar as providências necessárias para que sejam considerados e compensados os índices concedidos por esta lei em processos de mesma natureza que estejam em trâmite na esfera judiciária.

Art. 7º Fica instituída a data de primeiro de maio de cada ano para a revisão geral anual, atendidos os mesmos critérios e limitações de ordem orçamentária, financeira e de responsabilidade fiscal referidas no artigo 5º e seu parágrafo único.

Art. 8º Em relação ao Quadro de Auditores Fiscais, o IPCA acumulado, apurado a partir da edição da Lei Complementar nº 092/02, corresponderá a 42,90% (quarenta e dois vírgula noventa por cento).

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros de acordo com o disposto no artigo 5º e o seu parágrafo único.

Sala das Comissões, em 16.05.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ANEXO ÚNICO DA LEI CUSTO DE REPOSIÇÃO LINEAR PARA QUADROS COM DEFASAGEM				
Quadros	Período a ser considerado após reestruturação ou concessão	Índice Geral Artigo 1º	Índice de complementação (diferença do IPCA artigo 2º)	IPCA acumulado após a lei de implantação
Auditor Fiscal	Mai/05 à Abr/07	3,14%	4,61%	7,90%
IAPAR	Jul/06 à Abr/07	3,14%	0,09%	3,24%
IES - Administrativo	Mai/06 à Abr/07	3,14%	---	3,14%
IES - Docentes	Out/05 à Abr/07	3,14%	3,33%	6,57%
Procurador	Ago/06 à Abr/07	3,14%	---	3,14%
Advogados	Jan/03 à Abr/07	3,14%	26,33%	30,29%
Quadro Próprio dos Peritos Oficiais	Mai/05 à Abr/07	3,14%	4,61%	7,90%
Quadro Próprio da Polícia Civil	Jan/06 à Abr/07	3,14%	1,63%	4,82%
Delegados	Ago/06 à Abr/07	3,14%	---	3,14%
Polícia Militar	Jan/06 à Abr/07	3,14%	1,63%	4,82%
Quadro Único de Pessoal	Abr/04 à Abr/07	3,14%	13,48%	17,04%
Quadro Próprio do Magistério	Abr/04 à Abr/07	3,14%	13,48%	17,04%
Quadro Próprio do Poder Executivo	Abr/06 à Abr/07	3,14%	0,19%	3,34%
EMATER	Jul/06 à Abr/07	3,14%	0,09%	3,23%

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 049/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que institui preceitos da acessibilidade nas construções, ampliações, reformas ou adequações de edifícios públicos do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de utilidade pública a Associação Casa Familiar Rural - ACFR, com sede na Comunidade de Bela União, município de Enéas Marques e foro no município de Francisco Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Há um substitutivo da CCJ. Esta em votação o projeto, ressalvadas as emendas. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda com o substitutivo da CCJ.

Aprovado.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública a Associação Iglesia Belén Pentecostal Libre Del Paraguay com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública a Entidade Vida Promoção Social, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1310, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1309, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1311, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1316 a 1318, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1320, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, li o requerimento, penso que é um requerimento muito bem formulado e também gostaria de obter estas respostas que ele solicita. Apenas para poder manter um relacionamento que possa ser bom dentro desta Casa, solicitaria ao autor que pudéssemos encaminhar o requerimento via Liderança do Governo, porque eu também gostaria de ver essa resposta.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Acato a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Retirado, por ordem do autor.

Requerimento nº 1322, de autoria dos Srs. Deputados Duílio Genari, Dobrandino da Silva, Elton Welter e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1325, de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Encaminhamos favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1326, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1327, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, há um requerimento do Deputado Marcelo Rangel.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Foi retirado pelo autor.

Encerramento da Sessão

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 17, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 113, 151 e 217/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 285 e 295/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 284 e 322/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissão

Ecologia e Meio Ambiente

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente sob a presidência do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida e com a presença dos seguintes Deputados: Cleiton Kielse, Rosane Ferreira, Luiz Fernandes Litro e Osmar Bertoldi. O Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião, apresentando a pauta na seguinte ordem: 1º) Votação da ata da 1ª reunião ordinária - APROVADA; 2º) Projeto de Lei nº 076/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Rosane Ferreira - APROVADO; 3º) Projeto de Lei nº 115/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cleiton Kielse - APROVADO; 4º) Projeto de Lei nº 118/07, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente

Luciane Andretta - Secretária